

Questão Discursiva 04848

Defensor público inativo demanda, em ação ordinária, a declaração de invalidade de decreto que reflexamente reduziu os seus proventos, ao fixar o valor de subteto do subsídio do Governador. Alega: (a) inconstitucionalidade do ato administrativo; (b) irredutibilidade dos proventos; (c) direito adquirido ao patamar remuneratório com base na legislação vigente ao tempo da aposentação, em face da regra tempus regit actum; (d) violação do princípio da dignidade humana, protegido por cláusula de perpetuidade inscrita na Constituição originária; e (e) natureza alimentar da verba estipendial. Pede tutela antecipada para sustar os efeitos do decreto tendo em conta que o desconto é iminente. Decida sobre tal provimento, com fundamentação suficiente.